

# **SENTIDO SUBJETIVO DA EXPLORAÇÃO SEXUAL PARA UMA ADOLESCENTE PROSTITUÍDA**

## **Resumo**

O artigo apresenta a análise psicossocial do discurso de uma adolescente prostituída, na perspectiva da Psicologia Sócio-Histórica. Inicialmente oferece ao leitor os referenciais teórico-conceituais considerados, abordando a concepção de sujeito segundo Vigotski, a adolescência enquanto categoria histórica e a violência sexual contra crianças e adolescentes como fenômeno social complexo. Afirma-se a expressão “adolescente prostituída” enfatizando seu lugar de vitimização social e consequente responsabilização da sociedade no enfrentamento da questão. O discurso dessa jovem é analisado a partir de cinco núcleos de significado: Relação sexual dissociada da relação afetiva; Família ausente como principal motivo da exploração sexual; O incontrollável apelo do consumo; Duplo desprazer na relação sexual comercial; A moral como garantia de um lugar social valorizado.

# SENTIDO SUBJETIVO DA EXPLORAÇÃO SEXUAL PARA UMA ADOLESCENTE PROSTITUÍDA

Lumena Celi Teixeira<sup>1</sup>

“(...) a violência é uma forma de relação social; está inexoravelmente atada ao modo pelo qual os homens produzem e reproduzem suas condições sociais de existência. (...) A compreensão de sua fenomenologia não pode prescindir, por conseguinte, da referência às estruturas sociais; igualmente não pode prescindir da referência aos sujeitos que a fomentam enquanto experiência social.”  
Adorno (1988)<sup>2</sup>

Este trabalho baseia-se no estudo “O Outro Lado do Espelho” (Teixeira, 2001), desenvolvido sob a forma de dissertação de mestrado, onde se investigou sobre o sentido subjetivo da prostituição para adolescentes que praticam relações sexuais comercializadas. Foram entrevistadas três adolescentes acompanhadas pelo CAMARÁ<sup>3</sup>, apresentando diferentes formas de envolvimento com o comércio sexual. Uma delas utilizava-se dessa prática principalmente como estratégia para obtenção de drogas, da qual fazia uso abusivo; outra se referia às “meninas que fazem programa” na terceira pessoa, numa tentativa de negar sua própria vivência, ainda que fizesse programas ocasionalmente. A terceira era bastante assídua na atividade, assumindo fazer da “avenida” uma prática cotidiana de geração de renda e sociabilidade.

Reproduzimos aqui a análise psicossocial de trechos do discurso desta terceira jovem, por se tratar de nosso sujeito mais típico, apresentando inicialmente os referenciais teórico-conceituais que nos conduziram nessa análise.

## O SUJEITO NA PSICOLOGIA SÓCIO-HISTÓRICA

A Psicologia Sócio-Histórica fundamenta-se nas idéias de Vigotski, enfatizando a complexidade das transformações que constituem o desenvolvimento humano. Vigotski rejeita o conceito de desenvolvimento linear, superando a noção de que este se dá a partir de uma lenta acumulação de mudanças unitárias. Incorporando a dialética marxista como base de sua teoria, parte do materialismo histórico para compreender o homem como sujeito. Amplia a concepção estática e unilateral do determinismo social, concebendo o movimento permanente da relação do homem com o mundo material pela mediação dos significados construídos nessa relação.

O homem é concebido como a síntese de múltiplas determinações, cuja subjetividade é construída material e historicamente. Trata-se de ir além da noção de mera influência dos aspectos sociais no processo psicológico de cada ser humano, mas de conceber a constituição do sujeito sempre sob determinadas condições sociais,

---

<sup>1</sup> Psicóloga pela USP, especializada em Saúde Mental pela FIOCRUZ, Mestre em Psicologia Social pela PUC-SP, professora da UNIP, pesquisadora e coordenadora do Núcleo de Pesquisa do CAMARÁ em São Vicente - SP.

<sup>2</sup> Citado por Guerra (1998, p. 31)

<sup>3</sup> Organização não governamental localizada em São Vicente - SP, especializada no *Acompanhamento Psicossocial* de jovens em situação de risco social.

portanto materiais, e sempre como resultado da atividade de gerações anteriores, portanto histórico.

Para expressar a apreensão subjetiva das diversas relações e atividades que compõem a vida social do indivíduo, González Rey (1997) parte de Vigotski e propõe a categoria *configuração* para representar a unidade dinâmica sobre a qual se definem os diferentes sentidos subjetivos dos eventos sociais experienciados por cada pessoa. Uma construção teórica que busca explicar o movimento de apropriação do social no âmbito psicológico, concebida como uma unidade funcional do afetivo e cognitivo. Nas palavras do autor:

*“Hemos definido las configuraciones como la interrelación entre estados dinámicos diversos y contradictorios entre sí, la que se produce en el curso de las actividades y relaciones sociales del sujeto a través de las diferentes emociones producidas en dichas actividades.”* (González Rey, 1997, p. 118)

O processo de *configuração subjetiva* não é, portanto, uma mera expressão direta do mundo material que se impõe de fora, mas a síntese entre o novo que se experimenta e os conteúdos subjetivos já configurados até então. O homem, imerso em sua cultura e nas suas mais diversas relações sociais, segue permanentemente produzindo novas configurações subjetivas, a partir das experiências materiais, de suas atividades interativas. Este é o curso do desenvolvimento humano, que converte experiências em sistemas de signos que mediatizam e organizam o funcionamento integral de todas as funções psicológicas.

O mais recorrente desses sistemas de signos é a linguagem, que no decorrer do processo de vida dá suporte para o desenvolvimento de operações cada vez mais complexas, as funções psicológicas superiores. Diferentemente das funções psicológicas elementares, apoiadas nos processos sensoriais e motores, as funções psicológicas superiores são mediadas pelos significados, os nexos estabelecidos pelo sujeito a partir de sua experiência, na relação dialética com o mundo. A atribuição de sentido subjetivo aos objetos da experiência material, a cada nova configuração de subjetividade, alimenta o processo de desenvolvimento dessas funções. Trata-se de um processo em que as alterações nas conexões cerebrais, provocadas pela atribuição de novos sentidos, são traduzidas pelo aparecimento de *“novas sínteses, novas funções cruciais, novas formas de conexões”*. (Vigotski, 1996, p. 135)

Ao compreendermos a relação dialética entre o sujeito e seu meio social, na constituição de sua subjetividade, podemos afirmar que tudo que acontece no plano interpsicológico, no âmbito da intersubjetividade, realiza-se no plano intrapsicológico. Essa transição, aqui considerada como configuração de subjetividade, acontece pelos mecanismos semióticos.

*“Todas as funções psíquicas superiores são processos mediados, e os signos constituem o meio básico para dominá-las e dirigi-las. O signo mediador é incorporado à sua estrutura como uma parte indispensável, na verdade a parte central do processo como um todo. Na formação de conceitos, esse signo é a palavra, que em princípio tem o papel de meio na formação de*

*um conceito e, posteriormente, torna-se o seu símbolo.”*  
(Vigotski, 1998, p. 70)

A linguagem enquanto mediadora das relações sociais, torna-se, portanto, o principal instrumento desse processo. É através da significação e da produção de sentido que ocorre a hominização do homem, ou seja, a apreensão e recriação de significações que acontecem no processo social e histórico. Em seu estudo sobre a “Subjetividade e Constituição do Sujeito em Vygotsky”, Molon (1999) nos fala:

*“A concepção da constituição do sujeito em uma dimensão semiótica não ignora a individualidade nem a singularidade, mas atribui novos significados, quais sejam, a individualidade como um processo e socialmente construída, a singularidade como uma conjugação que envolve elementos de convergência e divergência, semelhanças e diferenças, aproximação e afastamento, em relação ao outro, e o sujeito como uma composição não harmônica dessas tensões e sínteses.”* (p. 70)

Compreendemos o processo semiótico como o processo humano de atribuir significado aos signos, palavras, e portanto em permanente transformação dado seu caráter social e histórico. Cabe, no entanto, assinalar a diferença entre significado e sentido, já que buscamos através de uma análise da linguagem reconhecer a singularidade do sujeito.

Vigotski (1998, p. 181) nos fala sobre as idéias de Paulhan, segundo o qual “o sentido de uma palavra é a soma de todos os eventos psicológicos que a palavra desperta em nossa consciência”, é dinâmico, complexo, absolutamente peculiar ao próprio sujeito e ao contexto em questão. “Uma palavra adquire o seu sentido no contexto em que surge; em contextos diferentes, altera o seu sentido”. Já o significado refere-se à mais estável e precisa das zonas do sentido, ou seja, “o significado permanece estável ao longo de todas as alterações do sentido. O significado dicionarizado de uma palavra nada mais é que uma pedra no edifício do sentido”.

O autor coloca ainda que apesar das palavras e os sentidos serem relativamente independentes entre si, o “enriquecimento das palavras que o sentido lhes confere a partir do contexto é a lei fundamental da dinâmica do significado das palavras” (p. 181). Dessa maneira, a produção de sentido elaborada pelo sujeito revela a sua própria subjetividade, apresenta-se como síntese cognitivo-afetiva do pensamento manifesto em determinado contexto. As falas ditas na vida real possuem sempre um sentido oculto, um subtexto, que quando apreendido revela subjetividade.

O pensamento e a linguagem, apesar de imbricados, apresentam estruturas diferentes. A fala se constitui em unidades separadas (signos), enquanto que o pensamento apresenta-se na totalidade. O fluxo do pensamento não tem um correspondente imediato em palavras, essa transição passa pelo significado. Por isso em nossa fala há sempre o pensamento oculto, o subtexto. Tratando da comunicação entre pessoas, Vigotski conclui que

*“Para compreender a fala de outrem não basta entender as suas palavras — temos que compreender o seu pensamento.*

*Mas nem mesmo isso é suficiente — também é preciso que conheçamos a sua motivação.” (1998, p. 188)*

O pensamento é gerado pela motivação, ou seja, pelos desejos e necessidades, interesses, emoções. Na base de cada pensamento há uma tendência afetivo-volitiva a ser considerada, quando se pretende compreender o pensamento de alguém. Esta tarefa implica no desvelamento da história desse sujeito e das circunstâncias que produzem suas configurações subjetivas, a partir de uma postura não reducionista que reafirme a dinâmica do materialismo histórico e dialético.

## **ADOLESCÊNCIA ENQUANTO CATEGORIA HISTÓRICA**

Partimos da noção de que a adolescência não é um período *natural* do desenvolvimento, mas antes uma representação, enquanto fato social e psicológico, consoante à constituição sócio-histórica do psiquismo humano. Na busca da compreensão do que seja a adolescência, há que se perguntar sobre a constituição histórica deste período do desenvolvimento, porque *“para a teoria sócio-histórica só é possível compreender qualquer fato a partir de sua inserção na totalidade onde este fato foi produzido.”* (Aguiar, Bock e Ozella, 2001, p. 169)

A adolescência adquiriu diferentes configurações no decorrer da história das civilizações. Ariès (1978) nos mostra como na sociedade tradicional, até o século XVIII, o indivíduo passava da condição de criança para adulto, sem passar pelas etapas consideradas, posteriormente, como adolescência. Este indivíduo crescia misturado aos adultos, aprendia sobre a vida e como se comportar socialmente, através do contato direto com eles. Apenas a partir do século XIX a adolescência passou a ser definida com características específicas, que a diferenciasssem da infância e da idade adulta.

Nesta época a aprendizagem de um ofício passou a ocupar um período de tempo maior na vida do indivíduo e a expectativa de vida na população como um todo foi prolongada. Estes fatores tiveram como consequência uma separação gradativa entre a adolescência e o conjunto da sociedade, já que a escola de um lado (formação) e a família de outro (tutela prolongada) foram as instituições responsáveis pela acomodação do jovem às exigências da sociedade que se modernizava (Snyders, 1984, citado por Clímaco, 1991).

Em seu trabalho sobre A Emergência da Concepção Moderna de Infância e Adolescência, Benedito Rodrigues dos Santos (1996) afirma que

*“Também os conteúdos e significados sociais — papéis, funções e atributos — da infância e adolescência são singulares e dotados de características próprias em cada época, sociedade e cultura. [...] Concorrem para o estabelecimento de variações intraculturais os cortes de gênero, etnia, contexto urbano/ rural e mesmo o porte das cidades. Cada sociedade e cultura constrói uma escala de valores que confere importâncias distintas a cada fase da vida e define as idades privilegiadas ou paradigmáticas.” (p. 151)*

A concepção moderna de infância, fundada no pressuposto de que são pessoas em desenvolvimento, portanto objetos de proteção especial e sujeitos de direitos, alcançou um grau de universalidade bastante hegemônico nos países com sociedades industriais modernas de culturas ocidentais e economia ‘desenvolvida’. (Santos, 1996). Apesar de ter sido adotada como paradigma oficial na definição de normas legais em âmbito internacional, esta concepção não vem se efetivando no que se refere às condições de vida material das populações de baixa renda. Nas palavras do autor:

*“Assim, em várias sociedades do Terceiro Mundo, há um descompasso entre essa concepção moderna de infância e as condições objetivas de existência das crianças: a pretensa universalidade do conceito moderno de infância não foi acompanhada da universalização das condições objetivas que levaram à sua criação e propagação.”* (p. 194)

A dimensão da infância como tempo de brincar e estudar, de aprender a participar da sociedade e de se preparar profissionalmente, transformou-se, em nossa sociedade, em direito adquirido. Desde 1990, com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente — ancorado na Doutrina da Proteção Integral — isso significa exatamente a expressão legal do ser criança no Brasil. É neste cenário ambivalente, entre o conceito normatizado e o desrespeito institucionalizado, que insere-se o fenômeno da exploração sexual de crianças e adolescentes.

## **A VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES**

A questão da violência sexual contra crianças e adolescentes manifesta-se de forma complexa, apresentando diversas dimensões que devem ser compreendidas articuladamente. Este é um problema mundial e está presente em todas as classes sociais. No entanto, por ser ilegal e clandestino, e muitas vezes ocorrer em ambiente doméstico, enfrenta-se a dificuldade de quantificação e a falta de visibilidade do fenômeno. Para compreensão da violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil deve-se considerar aspectos sociais, culturais, econômicos, históricos, políticos, jurídicos e éticos de nossa sociedade, bem como a diversidade cultural existente no país, em função de sua dimensão territorial, que determina diferenças na forma de manifestação do fenômeno em cada região.

A sociedade brasileira apresenta uma estrutura perversa de desigualdades, constituída não apenas pela dominação de classes, mas também pela de gênero e raça: a grande maioria das vítimas de exploração sexual é pobre, do sexo feminino, negra ou mulata. Historicamente, essa sociedade é marcada também pela relação de autoritarismo entre adultos e crianças, reflexo de uma compreensão autoritária do pátrio poder.

*“A criança e o adolescente não têm sido considerados sujeitos, mas objeto da dominação dos adultos, tanto através da exploração de seu corpo no trabalho, quanto de seu sexo e da sua submissão.”* (Leal, 1999, p. 20)

A violência sexual, aqui em questão, manifesta-se como fruto de relações de poder, produto de relações sociais construídas de forma desigual. O poder do adulto (ou um não adulto, porém mais forte) sobre a criança e o adolescente, que se manifesta “*num processo de apropriação e dominação não só do destino, do discernimento e da decisão livre destes, mas de sua pessoa enquanto outro.*” (Faleiros, citado por Leal e César, 1998, p. 15) Este uso do poder, exercido pela força, é a antítese do exercício do poder legítimo, aquele que se afirma quando fundado na proteção e no respeito, cultivado em relações permeadas pelo diálogo e pelas trocas afetivas, consoante com o estado de direito.

A implementação do paradigma da proteção integral, o reconhecimento e estímulo à autonomia e ao protagonismo de nossas crianças e adolescentes apresenta-se, portanto, como uma luta ideológica, cultural e simbólica contra aqueles valores anti-éticos que permeiam nossa sociedade. Há que se enfrentar essa contradição social, que mostra uma de suas facetas mais perversas na violência sexual, na imposição de uma relação de dominação e subjugação do adulto contra a criança ou o adolescente, que despreza e aniquila seu lugar de sujeito desejante e de direitos. Trata-se de uma sociedade que, apesar de contar com uma legislação avançada quanto à proteção e garantia dos direitos de suas crianças e adolescentes, mantém um sistema de justiça que via de regra tolera a impunidade de abusadores e violadores desses direitos.

Uma das formas de violência sexual que vitimiza crianças e adolescentes é a *exploração sexual comercial*. Caracteriza-se pela obtenção de vantagem ou proveito, por pessoas ou redes, a partir do uso (abuso) do corpo dessas crianças/ adolescentes, com base numa relação mercantilizada e de poder. Contextualiza-se em função da cultura, do padrão ético e legal, do trabalho e do mercado. Importante ressaltar que o fenômeno não ocorre somente nos setores mais empobrecidos da população, perpassando todas as classes sociais. O que difere, em função dos extratos sociais, “*é o controle social e a visibilidade dessas formas cotidianas de exploração.*” (Leal, 1999, p. 22) Segundo a mesma autora,

*“implica o envolvimento de crianças e adolescentes em práticas sexuais, através do comércio de seus corpos, por meios coercitivos ou persuasivos, o que configura uma transgressão legal e a violação de direitos e liberdades individuais da população infanto-juvenil.”* (1999, p. 23)

A exploração sexual comercial de meninos, meninas e adolescentes é compreendida através de quatro modalidades: Prostituição Infantil, Pornografia, Turismo Sexual e Tráfico. (Faleiros, 2000) O movimento social de defesa dos direitos da criança e do adolescente, a mídia e a sociedade em geral, têm utilizado a terminologia prostituição infanto-juvenil como sinônimo de exploração sexual. Desde a CPI da Prostituição Infanto-Juvenil no Brasil, em 1993, buscou-se avançar na compreensão dessa temática, designando-se o fenômeno, a partir de então, como *Exploração Sexual Infanto-Juvenil*. Os setores da sociedade envolvidos com a questão passaram a utilizar a nova denominação, por considerar a prostituição um modo de vida que abrange determinado segmento social, e que apenas o adulto poderia optar, com consciência de seus atos, por esse modo de vida. “*Uma criança, com menos de 12 anos de idade, e um adolescente com menos de 18 anos, não optam por se prostituírem, mas são induzidos pela prática delituosa do adulto.*” (Leal, 1999, p. 21) Avançou-se,

também, na consideração das dimensões ética e política que envolvem o fenômeno, tratando-o enquanto uma questão de cidadania e direitos humanos, e sua violação como um crime contra a humanidade.

A violência sexual assume lugar de destaque no contexto cultural das sociedades modernas industrializadas, onde tudo torna-se objeto de compra e venda. Relações humanas também são mercantilizadas e envolvidas pela cultura da propriedade privada, submetendo especialmente crianças e adolescentes ao interesse dos adultos, detentores de poder e domínio sobre eles.

Apesar de apresentar diferenças significativas em suas formas de manifestação, em função da região do país, segundo Vaz (1997) as causas da exploração sexual de crianças e adolescentes estão associadas, hoje, “à pobreza, ao abuso sexual, ao gênero, à raça/etnia, ao turismo-sexual, à mídia e à hierarquia etária.” (p. 19) São fatores de ordem estrutural, que sustentam a condição de violação de direitos à qual estão submetidas. Em suas palavras:

[...] “elas [as crianças e adolescentes] não se afastam nem divergem da norma; são afastadas, são divergidas. Assim, não são prostitutas, foram prostituídas. Aparentemente uma pequena diferença, mas que faz uma grande diferença dizer-se menina prostituída em lugar de menina prostituta.” (p. 19)

O que define, para nós, o lugar social dessa menina, é a situação de violação de direitos traduzida em diversas formas de violência, em particular a violência sexual impetrada por um adulto abusador, da qual essa menina — criança ou adolescente — é vítima. Não se trata de considerar apenas fatores sociais em detrimento dos individuais, exatamente porque é um fenômeno psicossocial. Diferentes meninas, em contextos sociais semelhantes, desenvolvem diferentes estratégias de sobrevivência. Algumas praticam o sexo comercial, outras não, evidenciando a singularidade de cada uma como determinante nesse processo de construção da identidade. Nesse âmbito podemos e devemos considerar suas ambigüidades e positivities, suas expressões de sexualidade, sem com isso descaracterizar o vazio de cidadania que a sociedade lhe impõe como pano de fundo para suas “escolhas”. Entre aspas, porque uma verdadeira escolha é realizada quando se tem várias opções, liberdade de ação e consciência do ato e de suas conseqüências, o que sabemos ser questionável quando se trata das condições de vida a que adolescentes em situação de risco estão submetidas. Desse ponto de vista, buscando compreender o fenômeno da exploração sexual de crianças e adolescentes em sua complexidade psicossocial, defendemos a designação *prostituída* como expressão de um lugar social marcado pela desigualdade e pela violação de direitos.

### ALGUMAS REFLEXÕES EPISTEMOLÓGICAS

O estudo da subjetividade é acompanhado por exigências epistemológicas que encontram suporte na metodologia qualitativa. Esta tem sido o resultado de um esforço na direção da produção de conhecimento em psicologia, que permita a elaboração teórica partindo da concepção de subjetividade humana como uma realidade multideterminada, interativa e histórica.



Na Psicologia Sócio-Histórica, o método de investigação deve ser capaz de substituir a análise de um objeto, pela análise do processo de sua constituição, de sua gênese. (Aguiar, 2001) Torna-se inevitável, nesta perspectiva, o rompimento com o paradigma positivista baseado no instrumentalismo, verificacionismo, leituras lineares e reducionistas da complexidade inerente ao objeto.

Nesta perspectiva, o conhecimento científico não alcança legitimidade a partir do número de sujeitos estudados, mas através da qualidade de sua expressão. E ainda: a tarefa não consiste em controlar variáveis na busca da neutralidade do pesquisador em relação ao sujeito/objeto de sua pesquisa, mas sim de *interpretar* o produto da relação estabelecida entre pesquisador e pesquisado, considerando os determinantes sócio-históricos da situação em foco. (Minayo, 1994; Haguette, 2000)

Consideramos a palavra enquanto unidade básica do discurso, nosso ponto de partida para chegar à compreensão do pensamento do sujeito. Indo além do significado dicionarizado, há que buscar o sentido pessoal que é dado à palavra, e por conseguinte, o sentido do discurso singular — a fala do sujeito, portanto, significada. Para se chegar às determinações constitutivas e explicar a produção do sentido temos que considerar, dialeticamente, a base material, sócio-histórica, presente no processo de transformação do social em psicológico, e portanto, na constituição do sentido atribuído pelo sujeito.

O instrumento utilizado para coleta de dados foi a *entrevista aberta*, por oferecer possibilidades mais amplas de expressão verbal do sujeito, o que atende aos nossos pressupostos metodológicos. Tendo como objetivo da investigação a apreensão da subjetividade configurada pelos sujeitos, a entrevista aberta nos possibilitou identificar os diversos núcleos de significado para cada menina, de forma que os sentidos subjetivos pudessem ser analisados a partir da fala de cada uma. A liberdade de expressão característica do instrumento nos permitiu desvelar os processos de constituição dos sentidos subjetivos, elementos necessários para compreensão de sua gênese.

O procedimento utilizado para análise dos resultados foi o de *análise de conteúdo*, a partir da fala dos sujeitos. Esta análise se baseia, primeiramente, na apreensão e organização dos *núcleos de significado* presentes no discurso. Esses núcleos devem então ser articulados ao processo histórico que os constituiu, não se pode compreender a configuração da subjetividade somente a partir de uma análise intradiscurso. A história de vida de cada adolescente, bem como a representação na sociedade da prostituição e da adolescente prostituída, constituíram-se no contexto sócio-histórico a ser articulado aos núcleos de significado identificados na fala dos sujeitos.

## SENTIDO SUBJETIVO DA EXPLORAÇÃO SEXUAL

Liliana<sup>4</sup>, 17 anos, foi levada ao CAMARÁ por amigas. Em poucas semanas ela “sumiu”, reaparecendo depois com quase oito meses de gravidez. Havia se desentendido com a madrinha, com quem esteve morando por um período, e estava na rua. Após intenso investimento dos profissionais começou a se relacionar com aquele filho e aceitou também ser cuidada. Morou uns dias com a mãe, outros com uma tia, outros

---

<sup>4</sup> Nome fictício.

ainda com grupo de amigas, num barraco que também servia para venda de drogas e organização de pequenos assaltos.

Liliana apresenta uma mãe pouco afetiva, nervosa, que trabalha até hoje como vendedora ambulante numa praça da cidade. Refere ter saído de casa pela primeira vez aos 10 anos, porque não suportava ‘apanhar por qualquer coisa’, diz ter apanhado muito.

*“Eu mesmo saí de casa por causa da minha mãe e por causa do meu irmão. Porque minha mãe batia muito e meu irmão também me batia, e eu, peguei e saí de casa. Também uma vez o meu irmão também quis abusar de mim, quando eu morava com a minha mãe. [...] Meu próprio irmão mais velho. Daí eu peguei e saí de casa. Eu falei pra minha mãe, minha mãe não acreditou. Minha mãe falou que eu era mentirosa. Que ele nunca ia fazer isso.”*

É bastante significativa a relação que estabelece entre o fato da mãe não ter acreditado em sua denúncia de abuso sexual do irmão e a saída de casa. Além dos maus tratos de que já era vítima, parece que o descrédito da mãe foi decisivo para a ruptura dessa relação familiar. Ficou um tempo na casa de uma tia, logo em casa de colegas, sem parada certa. Durante os anos, várias vezes voltou para casa e outras tantas tornou a sair. Sobre o pai, refere que não o conheceu.

Aos 14 anos viveu com o pai de seu filho. Conta que foi um rapaz, traficante da favela México 70, que ao fazer programa com ela pagou para ficar a noite toda, pedindo na manhã seguinte que ela se tornasse sua namorada. Ela topou, mas para isso teria que ‘deixar a avenida’. Foi morar com ele e dali a poucas semanas resolveu ‘visitar as colegas’ na avenida. Ele teria passado por lá, a viu e não acreditou em sua versão de que não estaria se oferecendo. Rompeu definitivamente, ela foi para a casa da madrinha em outra cidade, já grávida, fato que ele não chegou a saber. Meses depois chegou a notícia, através de conhecidos, que ele teria sido morto num acerto entre traficantes. Nunca mais soube de nada e na verdade não tem certeza sobre sua morte.

Liliana, a exemplo de outras meninas, apresenta uma cronologia de vida imprecisa, que não corresponde à linha do tempo. Ela confunde-se ao tentar estimar datas, períodos, idades. Questionada sobre planos no futuro, demonstra incapacidade de sentir-se sujeito do próprio destino:

*“Pensar em quê? Não tem que pensar não. Tem que deixar o mundo... ver o que vai acontecer.”*

Sua experiência na exploração sexual é grande. Sempre assumiu que faz “programa”, ainda que no início se envergonhasse um pouco ao tocar no assunto. À época das entrevistas estava novamente morando com sua mãe, mais o filho, este já com quase um ano de idade. Identificamos em seu discurso cinco *núcleos de significado*, apresentados a seguir, que buscamos analisar a partir de seu contexto sócio-histórico.

## ?? RELAÇÃO SEXUAL DISSOCIADA DA RELAÇÃO AFETIVA

Quando se refere a namoro, Liliana demonstra grande desapontamento sobre o que idealizava de uma relação a dois.

*“Ah, antigamente [...] eu achava que namorar era só dar beijinho e abraço... aí eu pensava que um dia eu ia arranjar um namorado e ia ser daquele jeito... mas não é desse jeito não... eles só querem usar a menina... uma noite e nada mais...”*

*“... pensei que o mundo era diferente... Bem melhor do que hoje em dia. Hoje em dia só tem violência... os moleques de hoje em dia... não existe nem mais namorar...”*

Conserva a imagem de um relacionamento “puro”, permeado pelo romantismo e pelo respeito, determinada pelas lembranças, quando criança pequena, de sua irmã que namorava no portão de casa. ‘Só beijinho e abraço’ exclui a relação sexual, esta parece adquirir aqui um sentido oposto ao que ela idealiza como relação afetiva respeitosa. O sexo estaria identificado à forma abusiva de relação, onde a menina sente-se meramente ‘usada’ pelo rapaz, sem retribuição de valor nem afeto. Descreve a realidade como um cenário violento que não comporta outro tipo de relação além da abusiva, em oposição a um outro tempo, constituído em seu imaginário de criança, onde existia e se praticava o ‘namorar’. Ainda sobre a desvantagem de transar com os rapazes:

*“Não, transar, não. [...] Eles saem contigo e depois ficam falando pra todo mundo, que saíram contigo, que fez, que aconteceu...”*

*“Dá uma raiva, né, porque você pensa que o cara tá afim de você, e não é nada disso!... Daí eu fico com raiva, não quero nem mais olhar pra cara dele.”*

Revela preferir não transar com os rapazes para não passar pela experiência deles ‘falarem pra todo mundo’, contarem vantagem às custas de sua privacidade, o que parece definir o caráter abusivo da relação e lhe provocar muita raiva. Esse padrão nada tem a ver com seu sonho de namoro ingênuo, do qual não abre mão. Se a relação se apresenta do tipo abusiva, ela prefere romper, ‘nem mais olhar para a cara dele’. Atribui ao namoro um sentido, acima de tudo, de respeito aos sentimentos e valorização da privacidade, não se aplicando às relações travadas sem compromisso, sem afeto. Este tipo de transa ela diz não tolerar por sentir-se desrespeitada. Creio que esteja movida por esse sentimento quando, questionada sobre a diferença entre transar com namorado e fazer programa, ela diz que é *“nenhuma, os dois são iguais...”*. Em sua construção subjetiva, o caráter abusivo da relação independe do fato do parceiro ser namorado ou cliente, mas da postura que ele adota nessa relação.

Podemos estabelecer relações entre este seu posicionamento a as circunstâncias de sua primeira relação sexual. Liliana revela uma situação na qual o rapaz com quem transou pela primeira vez era o irmão de quem ela estava, efetivamente, enamorada.

*“aí eu fui dar uns beijinhos nele, ele já queria passar a mão em mim, eu saí correndo... aí fui embora! No outro dia ele perguntou: porque você saiu correndo? Eu falei: porque eu não*

*quero! E fui embora!... aí, depois... conheci o irmão dele... saí com o irmão dele e aconteceu!..."*

*"...porque ele quis sair com a minha irmã, aí eu não quis mais sair com ele... porque eu tava com raiva dele, então fiquei com o irmão..."*

Primeiramente fala do pudor que foi desrespeitado pelo rapaz, ao que ela precisou estabelecer limites. Na tentativa de estabelecer seu padrão de namoro ingênuo, viu-se substituída pela irmã no interesse do rapaz, o que lhe provocou indignação e raiva. Deve ter experimentado o sentimento de que o interesse do rapaz era meramente, ou acima de tudo sexual, não era afeto o fator privilegiado. Transar com o irmão foi um mero "troco" pelo ocorrido, atuação de sua raiva e amor-próprio ferido, resultando num relacionamento sem envolvimento afetivo nem continuidade. Ao referir-se à transa, em si, denota desapontamento.

*"ah, não sei... foi estranho!  
ah, sei lá, todo mundo falava que era bom... bom... que não doía..."*

Os acontecimentos que permearam sua primeira relação sexual parecem ter sido muito marcantes para Liliana. Considerando o descompasso havido entre sua idealização de transa baseada no respeito e no afeto com a vivência subjetiva de desrespeito e rejeição, talvez possamos concluir que essa grande decepção tenha deixado marcas profundas em sua maneira de encarar os rapazes e as relações afetivas. Se em sua imaturidade emocional Liliana ainda não integrava afeto e sexo, o desenrolar da situação apenas acentuou essa dissociação. Parece ser quase impossível, desde seu ponto de vista, experimentar essas duas dimensões do relacionamento humano de forma integrada.

Quando fala sobre a relação que poderíamos considerar como seu "primeiro casamento", nos mostra uma relação assimétrica.

*"Ah, ele me tratava bem... às vezes ele ia no baile e me deixava em casa... [...] pra aquela que não queria voltar pra casa da mãe, tava bom, né?"*

*"ele sempre comprava alguma coisa, né.. pra mim... com o dinheiro, né, que ele vendia maconha... todo dia ele comprava alguma coisa. [...] ...meio dia vinha em casa, almoçava, aí sumia de novo. Aí só aparecia 8 horas da noite, 6 horas tomava banho e quando era 10 horas ele sumia de novo; aí voltava só de madrugada... aí foi na hora que eu cansei e fui morar na casa da minha tia..."*

Apresenta uma postura crítica em relação à atitude de abandono que o companheiro lhe impunha, tem clareza de que não era isso que a satisfaria numa relação a dois, mas demonstra certa ambigüidade ao ocupar uma posição de dependência. Sua justificativa para permanecer ou sair desta relação refere-se à possibilidade de contar ou

não com uma casa para morar. Não se trata de qualquer casa, antes remete à presença de família: não havendo ‘casa da mãe’ para voltar, haveria que submeter-se a qualquer situação que a vida lhe oferecesse, a qualquer tipo de relação. A despeito do companheiro lhe garantir a subsistência, lhe ofertar presentes, parece que quando enxerga a possibilidade de morar com a tia reconhece seu limite de não tolerar tamanho abandono e só então rompe a relação.

Referindo-se ao momento em que passam a viver juntos, relaciona o evento a uma de suas saídas de casa e conseqüente procura de acolhimento e proteção.

*“...quando eu tinha 14 anos, a gente se amigamo, aí que eu fui morar com ele! [...] eu falei pra ele que minha mãe tinha me batido, aí ele falou: fica aqui, aí eu fiquei... acho que foi 1 ano e meio...”*

Esta é uma prática muito comum entre adolescentes em situação de risco social. As uniões acontecem de repente, em circunstâncias que geralmente favorecem situações concretas da vida. A partir de então o companheiro é chamado de “marido”, marcando, entre seus pares, um novo lugar social para ambos. Apesar da grande maioria dessas relações serem de curta duração, é na família tradicional, nuclear e patriarcal, que buscam referências quando se enxergam criando suas próprias famílias. Repetem a mesma denominação de papéis e tentam legitimar os mesmos valores.

*“Aí voltei pra casa da minha mãe, tava namorando com ele, aí foi lá e pediu pra minha mãe que queria namorar comigo... minha mãe aceitou! Ela falou: pelo menos arranjou um namorado decente, pela primeira vez... Só por causa do carro, olha bem!! [risos] [...] Aí eu tinha moral...”*

Liliana exemplifica aqui o conservadorismo de seus valores no que se refere a namoro e família. Trata-se de um outro rapaz, traficante, que conheceu na avenida e que após o programa a quis como namorada. Em sua fala destaca o fato dele ter pedido aprovação à sua mãe e o consentimento desta, demonstrando grande satisfação na realização desse “ritual”. Apesar de ser apontada como uma mãe ausente, descompromissada do cuidado e proteção dos filhos, seu lugar de autoridade aqui está valorizado. Na falta do pai, está sendo chamada a representar o papel de quem abençoa ou não o namoro da filha, reproduzindo um padrão cultural bastante tradicional de nossa sociedade.

Além disso, parece sentir-se satisfeita também por demonstrar à mãe sua capacidade de conseguir um namorado ‘decente’, o que parece ser traduzido por ela pela sensação de ‘ter moral’. Ressaltemos aqui o valor social do status garantido pela posse material, representado pelo carro do rapaz, reconhecido imediatamente pela mãe como ‘decência’. Não importam os meios para obtenção dos bens materiais, o valor se reconhece pela mera posse desse bem, num reflexo imediato da lógica capitalista de nossa sociedade. A reflexão ética que poderia ter lugar pelo fato do carro ser produto de práticas ilícitas é suplantada pela possibilidade de ascensão social que esta relação poderia significar.

Cabe explicitar, no entanto, que a valorização desse namoro como ‘decente’ carrega um duplo sentido, a depender de quem o define enquanto tal, segundo Liliana.

O sentido de ascensão social é atribuído a uma interpretação da mãe, que não coincide com a visão realçada por Liliana ao referir-se à felicidade que esse namoro lhe proporcionava. Ela descreve um namoro muito próximo de seu ideal de relação a dois, longe do padrão abusivo, onde o rapaz era carinhoso, respeitador, a levava para sair e a supria de todas as necessidades. Parece-me que, para ela, estes sim são os principais definidores do caráter de ‘decência’ para um namoro, elementos de uma configuração subjetiva que estabelece a distinção entre uma relação abusiva ou não.

## ?? FAMÍLIA AUSENTE COMO PRINCIPAL MOTIVO DA EXPLORAÇÃO SEXUAL

No discurso de Liliana, apesar do fator econômico ser apontado como o motivo que legitima as meninas à prática da exploração sexual, o que aparece com bastante ênfase é a referência aos problemas de relacionamento intrafamiliar como responsáveis pela saída da menina para a rua, e a exploração sexual como uma consequência natural dessa situação. Independentemente, inclusive, da classe social.

*[as meninas] “Vêm assim, quando brigam com alguém, com o pai ou com a mãe dentro de casa, elas vêm pra rua, pra não ficar dentro de casa elas vêm pra rua, vêm pra avenida e ganham dinheiro. Daí elas pegam o dinheiro, usam droga, depois voltam pra casa.”*

*“... as menina que têm, que são riquinha, que não precisam de tá na vida, [...] é por causa da família. Muita gente vai pra essa vida porque, por causa da família mesmo. Só.”*

*“Umas não obedece a mãe, discute com a mãe, vem pra rua. Daí começa a andar pela rua, daí os cara mesmo para o carro e pergunta, vamo dá uma volta, vamo fazer programa.”*

A questão é abordada como se fosse esta uma ordem natural dos fatos: brigam com a família, vão para rua, fazem programa, ganham dinheiro, usam droga, depois voltam para casa. Parece não haver outro roteiro possível para as meninas que vivem problemas de relacionamento com a família. Além do fator meramente econômico, ela traz à tona os fatores de ordem afetiva, intersubjetiva, colocando na família a responsabilidade pela saída desordenada de seus filhos à rua, e as consequências advindas daí. A perda de referência na família como lugar de aceitação e acolhimento aparece como o grande fator de vulnerabilidade para a exploração sexual dessas crianças e adolescentes. Estando na rua, sem disposição de voltar para casa, o aliciamento torna-se estímulo poderoso, principalmente porque propicia dinheiro para drogas e outros divertimentos.

Ela faz menção às meninas ‘riquinhas’, como sendo as que não precisam ‘estar na vida’. Depreende-se daí que as não-riquinhas (portanto as pobres, como ela) são as que de fato precisam estar nessa vida. Reproduz-se aqui a noção corrente em nossa sociedade, de que a necessidade financeira é o fator que torna a prática da exploração sexual justificada e passível de aceitação. No entanto, ao acentuar o papel da dinâmica familiar nesse contexto, ela termina invertendo a ordem de importância, e atribui às

relações familiares o primeiro lugar nessa hierarquia. Mesmo quando a menina ‘não precisa’, quando a questão financeira não é fundamental, se a família for expulsiva essa menina é presa fácil da exploração sexual. Basta sair às ruas que o aliciamento a introduz naquele círculo vicioso, onde sexo e drogas se mesclam enquanto produtores de prazer. Prazer-para-si (drogas) e prazer-para-o-outro (sexo comercializado).

*“... todo mundo fala que a gente é ruim, que a gente é isso, que é aquilo, que vem pra avenida porque quer. Não é porque quer, porque precisa. Se não precisasse, ninguém taria na avenida. [...] Todo mundo fala, se não precisasse a gente não taria na avenida, taria em casa.”*

*“Eu acho que por causa que... umas tentam voltar pra casa, não dá certo, daí tem que voltar pra rua de novo. [...] ...não tem casa pra ela dormir, ela faz programa, dorme no hotel ou dorme numa pensão por aí ou vai pra casa das menina, mesmo dormir. Daí ela compra roupa com o dinheiro que ela faz programa, compra sapato, compra comida.”*

Liliana julga partir de um senso comum ao afirmar, identificada com ‘todo mundo’, que se não precisasse não estaria na avenida, mas em casa. O sentido subjetivo apoia-se na oposição estabelecida entre avenida X casa, ou seja, reforça o cuidado e o acolhimento familiar como fatores de proteção contra a exploração sexual. Demonstra como a desorganização que tem lugar na vida da menina a partir da desestabilização das relações familiares a deixa vulnerável ao comércio sexual, já que este lhe propicia a satisfação de necessidades de subsistência e de consumo. Claro está que, se a menina não conta com familiares como parceiros para enfrentar os desafios da dura realidade social no qual está inserida, terá que fazê-lo de algum modo, de forma independente. E a estratégia de mais fácil acesso, pelos diversos fatores já citados, é a comercialização do próprio corpo.

## ?? O INCONTROLÁVEL APELO DO CONSUMO

*“A gente vê uma roupa na loja, a gente quer, né? Um sapato, qualquer coisa, assim. A gente vê, a gente compra. Quando a gente tem dinheiro, quando a gente faz programa assim na avenida, no outro dia de manhã a gente vem pras loja comprar roupa.”*

*“A gente fica louca... a gente fica parece que louca, quer aquela roupa. Daí a gente vai pra... tenta ver algum cara. Chama os cara, às vezes.”*

O apelo do consumo atinge todas as classes sociais, independente do fato de se ter ou não o suporte financeiro para sustentá-lo. A lógica da sociedade de consumo é perversa: cria necessidades sem distinção quanto ao poder aquisitivo do consumidor, estabelecendo a contradição entre o que é sentido como necessário para garantia da própria identidade social e a possibilidade real de se atingir tal padrão.

Os adolescentes em especial, pela sua própria característica, em nossa cultura, de buscar identidade no reconhecimento pelo grupo de iguais, são alvo privilegiado de marketing no que se refere à apresentação pessoal. Através da mídia, estilos ou grifes de roupas destinadas aos jovens tornam-se marcas definidoras de pertencimento a esse grupo social, ou seja, para sentir-se parte do grupo é exigida certa indumentária que o caracterize enquanto tal. No entanto, seguir essa moda exige um poder aquisitivo muito além do apresentado pelas classes populares, o que leva estes jovens a lançarem mão de outras estratégias para obtenção daqueles elementos definidores de um status socialmente valorizado. Os rapazes usam o furto, assalto e tráfico de drogas, enquanto as meninas, apesar de também praticarem esses delitos, encontram na exploração sexual a principal estratégia de acesso a tais bens de consumo, apresentados como essenciais para sua identidade.

Em seus discursos as meninas apontam, claramente, a necessidade de consumo como motivo importante da prática da exploração sexual. Apesar da situação de pobreza ser um dos reconhecidos determinantes dessa prática, parecem indicar que o principal uso do dinheiro não se refere à garantia dos mínimos de sobrevivência, mas sim ao acesso àqueles bens de consumo.

Liliana explicita a sensação de 'loucura' experimentada quando passa a desejar uma roupa ou sapato que vê na loja. Parece referir-se aqui a uma dimensão do incontrolável, de algo que surge mais forte que sua própria racionalidade, e que a impulsiona, cegamente, na direção de obter aquele objeto. O programa sexual apresenta-se então como solução imediata para resolver a tensão criada entre a necessidade de consumo e a impossibilidade financeira determinada pela sua condição social. Ao cogitarem abandonar essa prática, portanto, o sentimento é de impotência.

*“Uma hora assim, a gente para assim, daí a gente fica pensando: - Vamo sair da avenida... daí, depois, volta de novo. Daí volta na cabeça de novo e depois a gente volta pra avenida, não dá. Às vezes assim, muitas assim tentam sair, mas não conseguem.”*

*“Foi bem difícil, porque quando eu saí assim, eu saí pra ir trabalhar de fiscalização de Zona Azul, né. Só que o dinheiro que eu tava ganhando era muito pouco. Não dava pra comprar tudo que eu queria, entendeu? Então a gente... eu sentia falta do dinheiro. Daí não dava, às vezes eu pegava e tinha que ir pra avenida. Por causa que eu tinha que... eu queria comprar uma coisa e não podia, né?”*

A remuneração obtida por trabalhos informais não sustenta o mesmo patamar de ganho financeiro através da exploração sexual, ainda que este seja bastante modesto. O apelo do consumo, força quase irrefreável, impõe-se às suas vítimas e determina muitas de suas atitudes. ‘Querer comprar alguma coisa e não poder’ parece significar, para Liliana, uma sensação insuportável que a mantém condenada a voltar sempre, reiteradamente, para a avenida.

## ?? DUPLO DESPRAZER NA RELAÇÃO SEXUAL COMERCIAL



Ao referir-se aos sentimentos experimentados no ato sexual comercial, Liliana nos fala basicamente de desprazer.

*“...é muito difícil... tem cada cara ignorante... [...] ele quer colocar a gente de perna pro ar, ao contrário, né, aí muda pra cá, e muda pra lá, e vai pra lá, e vem pra cá, aí isso é horrível!”*

Ela fala de um lugar que é o de puro objeto, à mercê do cliente, que teria o direito de dispor dela a seu bel prazer, como uma coisa desprovida de vontade própria, absolutamente sujeitada em sua condição de corpo-para-uso-do-outro. Parece indicar que essa forma de relação, calcada na coisificação da menina, apesar de ser padrão não é exclusiva. É o modelo adotado pelo ‘cara ignorante’, o que sugere haver um cliente que não o seja, e a trate, portanto, de forma diferente. O que é ‘difícil’ e ‘horrível’ é ser tratada como coisa, desrespeitada como pessoa.

Repete-se aqui o sentimento identificado como abuso nas relações com rapazes não clientes, que lhe remete a considerar-se desrespeitada, nesse jogo intersubjetivo, enquanto pessoa que apresenta necessidades e sentimentos próprios. Podemos concluir que, para Liliana, a exploração sexual não é uma prática abusiva em si mesma, mas adquire esse sentido a depender do tipo de relação estabelecida pelo cliente. Quem abusa está identificado pela expressão ‘ignorante’, e na relação com esse personagem a marca do desprazer é indiscutível.

Apesar de sua fala nos levar a crer que então haveria outro tipo de cliente, não-ignorante, que poderia lhe proporcionar prazer sexual na relação, parece que não é isso o que ocorre. Devemos aqui tentar diferenciar, a partir do seu discurso, o prazer sexual propriamente dito do prazer subjetivo oriundo de uma relação respeitosa, não-abusiva. Questionada sobre o ‘tesão’, assim se refere ao tema:

*“ah, não sei... pra mim... pra mim é normal, porque eu não ligo pra essas coisas [...] aí é que eu não sei explicar...”* [risinho constrangido]

*“ah, sei lá, né... a maioria dos cara é safado, hoje em dia...”*

O tom evasivo e negativista sugere ser um tema, no mínimo, pouco elaborado. Mais do que isso, eu diria que ela desconhece o prazer sexual. ‘Não ligar para essas coisas’ me parece ser uma maneira de afirmar que não sabe do que se trata, de maneira dissimulada, na busca de minimizar o impacto supostamente inferiorizador desse fato na situação da entrevista. Sendo a entrevistadora uma mulher madura, supostamente conhecedora de tal prazer em função da idade e experiência que isso pode significar, e, dada a propagada experiência sexual de Liliana, configura-se uma situação não facilitadora para exposição de fragilidades nesse campo do prazer sexual.

Cabe lembrarmos aqui da hipervalorização do sexo e do prazer a ele associado, promovida pelos meios de comunicação em nossa sociedade, que não dá lugar a inseguranças e não-saberes nesse campo. Para os jovens, é antes um fator de identificação e pertencimento ao grupo dos “liberados” sexualmente, como um salvo conduto para o mundo dos adultos, que não lhes possibilita significar o sexo de outra maneira que não a veiculada pelos órgãos reprodutores e formadores de opinião e atitudes. Aí o sexo é puro prazer, e como tal deve ser experimentado. As inseguranças

próprias do início de uma vida sexual passam a ser negadas e a ausência de prazer no sexo torna-se sentimento inconfessável. Na situação específica vivida aqui por Liliana isso parece ter lugar e justificar suas evasivas em relação ao assunto. Ela prefere ‘não saber explicar’.

Um ponto importante para nossa análise refere-se à indicação que ela faz sobre a relação entre seu desprazer e o fato dos ‘caras serem safados’. Me parece estar reforçando aqui um elemento já abordado: a importância do estilo do parceiro, ou seja, a determinação produzida na relação pelo fato do parceiro ser do tipo abusivo ou não e o conseqüente atrelamento do seu próprio prazer ao tratamento recebido por ele. Ela nos diz que seu prazer depende do outro, está colocado na relação, e se o outro é ‘safado’, entendido aqui como capaz de comportamento abusivo, o prazer não é possível. Cabe ainda observar que esse prazer aqui colocado refere-se menos a tesão, prazer sexual em si, mas a prazer subjetivo, proveniente de respeito e afeto retribuído.

Parece-nos que Liliana, quando atribui o sentido de desprazer à relação sexual comercial, refere-se antes ao sentimento experimentado pela relação não ser respeitosa, mas abusiva, do que à ausência do prazer sexual propriamente dito. Já que, apesar de não tê-lo experimentado ainda, o prazer sexual só seria possível no âmbito de uma relação afetiva, não abusiva. Podemos concluir, portanto, que a prática da exploração sexual para Liliana adquire um duplo sentido de desprazer, o que se torna numa situação difícil de ser suportada, permeada por um sofrimento que tenta não sentir.

*“Ah, a gente fica pensando noutra coisa, né, eu mesma... fico pensando... em coisas... namorado... alguma amiga... tem que esquecer... que tá ali...”*

*“...você fica imaginando outra coisa... liga o som, fica ouvindo o som... inventa alguma coisa na hora...”*

A maneira encontrada para suportar o sofrimento é remeter-se a lembranças agradáveis, buscar algum prazer fora daquela situação concreta, tentando ‘esquecer que está ali’. Pensa em pessoas — namorado, amiga — que a princípio representam relações não abusivas, buscando um contraponto ao que está vivendo concretamente na situação. Sente-se obrigada a usar a imaginação, distrair-se com a música, lançar mão de qualquer artifício que a auxilie a superar tamanho desprazer.

## ?? A MORAL COMO GARANTIA DE UM LUGAR SOCIAL VALORIZADO

Os aspectos morais presentes no discurso de Liliana são bastante reveladores de sua subjetividade. Ela diferencia a situação de ‘transar no primeiro dia’ com um rapaz, em comparação ao ‘fazer programa’, estabelecendo relações com o sentido subjetivo de ser ‘puta’ ou ‘vadia’. Sobre a transa com rapazes ela nos diz:

*“Hoje em dia, elas vão pro baile, e já dão pro cara... Já no final do baile elas pega e sai... Vão namorar e já é aquele agarra, e puxa...”*

*“ah, toda mulher tem direito de ter prazer, mas não é assim... com qualquer um... logo assim, no primeiro dia que conheci um cara... não é assim... se eu conheci um cara hoje, não vou sair com ele hoje, não vou dar pra ele hoje... vai demorar!...”*

*“...antigamente a gente saía mais... não tinha essa coisa de já no primeiro dia, já logo transar...”*

O primeiro aspecto que nos chama atenção é o fato dela se diferenciar das meninas que ‘transam no primeiro dia’. Ela está dizendo que é uma prática corriqueira, mas não compartilhada por ela. Mantém a referência de um outro tempo, ‘antigamente’, onde haveria um maior compasso de espera para a iniciação sexual numa relação. Demonstra uma posição moralista, identificada com os valores prevalentes em nossa sociedade, onde transar no primeiro dia é significado como atitude condenável, a priori. Mantém coerência com seu modelo de namoro não abusivo, tipo ‘beijinho e abraço’, depositando no sexo prematuro a desmoralização da menina na relação.

O direito ao prazer estaria assegurado, em tese, para todas as mulheres. No entanto, negado enquanto possibilidade imediata da relação, à custa de um julgamento moral que definiria aí quem é digna de respeito ou não. A perda do lugar social de quem é respeitado pelo outro aparece como uma questão muito significativa para ela. Fica claro o quanto se referencia a esse temor, de maneira a desenvolver atitudes contrárias a essa direção.

*“é, porque, sei lá, eu já tenho amizade com os moleque, os moleque já sabia coisas da minha vida... eles comentam, eles moram tudo perto da minha casa, eles falam: pô, antigamente você trabalhava pra caramba, ajudava sua mãe, vendia rosquinha de côco, cocada, sofreu pra caramba, que não sei quê... aí eles falam... eles ficam revoltado, né, com a vida, né... porque, pra tá nessa vida, né, só deus sabe o que você fez... o que você passou...”*

*“ah, eles me respeitam... todos me respeitam... [...] Hoje em dia eles me respeitam mais, não tem um na rua, ali, que não me respeita...”*

Se entendemos o respeito como o reconhecimento da identidade social do outro, a pessoa que reclama respeito geralmente está a renegar um atributo que lhe está sendo conferido. Ao sentir-se respeitada, Liliana assegura para si um lugar ao qual se atribui algum valor social, conseguindo evitar a identificação com a imagem da ‘puta’, personagem alvo de desrespeito social. Justifica o respeito que recebe dos ‘moleques’ ao fato deles conhecerem sua história e, portanto, saberem que está ‘nessa vida’ por necessidade. Em sua construção subjetiva são seus amigos, compreendem sua condição e portanto a respeitam.

A exploração sexual está atrelada, em sua fala, ao sofrimento (‘só deus sabe o que você passou’) e à falta de alternativas, o que justificaria a situação e a deixaria a salvo de um julgamento moral. A remuneração atua como elemento atenuador de condenação, na medida em que ofereceria uma justificativa legítima para a conduta

sexual. O outro fator, o sofrimento, adquire importância crucial nessa justificativa moral por ser o contraponto do prazer. Este sim parece adquirir o sentido, para ela, de um grande divisor de águas quanto ao que deve ser considerado moralmente aceitável ou não. Culturalmente, o prazer e a autonomia no domínio sexual são atributos masculinos, reserva-se à mulher a passividade que não pressupõe o prazer. Liliana parte desses significados sociais e constrói um sentido subjetivo onde a relação sexual comercial, justificada pela necessidade econômica, se não implica em prazer, não resulta em condenação moral. Garante-se, dessa maneira, uma identidade social passível de respeito, que conserva os atributos do feminino significado pela sociedade machista, a saber, o sofrimento e o desprazer.

*“...os moleque não culpa as menina porque elas são... porque elas faz programa, entendeu?... eles falam que antes você fazer programa do que dar de graça pra todo mundo na favela, e depois ser mal falada por todo mundo...”*

*“...Quando você faz um programa com um cara, você só vai fazer naquele dia, naquele momento, você nunca mais... é uma vez só, e tudo bem... você não vai mais ver aquele cara... Agora, a menina, não. A menina mora ali, ela vai ver o moleque todo dia, e o moleque além de ver ela ainda vai falar pra todo mundo que comeu ela... além de sair com ela e comer ela ainda vai espalhar pra todo mundo... pra rua inteira, entendeu?”*

*“...e a vantagem de você fazer programa é que você sai com o cara, faz o programa, e no outro dia, você não conhece, nunca viu, se você vê ele, ele fala logo: você não me viu, você não me conhece... entendeu? ...ele fica guardando aquilo pra ele... só pra ele... não sai espalhando pra todo mundo... Aí os moleque entende, né... que o nosso lado... a gente dá porque a gente precisa, porque senão... a gente não estaria nessa vida.”*

‘Fazer programa’ ou ‘dar de graça’ são situações ao mesmo tempo identificadas e diferenciadas na fala de Liliana. Identificadas enquanto relações abusivas, que não deixam lugar para o afeto ou respeito mútuo, nenhuma das duas comportando prazer. São diferenciadas, no entanto, em relação às consequências que provocam, o que deixa o programa em situação de vantagem, já que este resultaria em remuneração sem condenação moral. ‘Dar de graça’ implica em ficar ‘mal falada’, identificada com a figura da mulher promíscua que se coloca nas relações movida sobretudo pelo prazer, sem compromisso, divergente da norma social. O sentido de condenação moral, para Liliana, está intrinsecamente relacionado à relação descompromissada e à possibilidade do prazer.

O sentido construído sobre o programa é o da relação que começa e termina na mesma situação, não existe um “depois”; não proporciona prazer, não há envolvimento afetivo, tampouco provoca desdobramentos negativos. Ao parceiro também não interessa nenhum tipo de publicidade, afinal, ele também estaria sob julgamento moral da sociedade. A experiência vivida não é veiculada, ali mesmo se esgota, na relação a

dois, sendo esta a característica traduzida por Liliana, além do aspecto financeiro, como a principal vantagem desse tipo de envolvimento sexual.

O envolvimento com ‘moleques’, ao contrário do programa, passa a fazer parte da história da menina, especialmente quando levada a público pelo rapaz, o que resultaria acima de tudo em desmoralização para ela. Sendo a preservação moral um importante núcleo de significado para Liliana, esta forma de relação é absolutamente condenada, já que representaria a pior condição social para si. Assim se coloca quando tenta definir o que é ser ‘puta’ ou ‘vadia’:

*“é aquela menina que, como é que se fala?... que não pode ver um cara que já fica louca pra dar pro cara, ali naquela hora...”*

*“ah, é horrível!... uma menina ser... porque aí ela não tem moral, ela não tem classe, ela não tem nada... praquilo... por onde ela passar vão xingar ela, é horrível!... aí ela vai se sentir mal, vai chorar, às vezes vai xingar o cara, que xingou ela... e vai ficar por isso, que se ela xingar o cara, ele vai pra cima dela, ainda bate nela!...”*

*“eles comentam, falam, aquela menina, não sei quê, é a maior vaca... falam assim, que é puta, vadia...”*

Explicita sua postura fortemente moralista, condenando a atitude da menina que se deixa levar pelo mero desejo, em busca de uma relação descompromissada. Remete essa atitude ao domínio do descontrole, ao dizer que ‘a menina fica louca pra dar pro cara’, reafirmando a ligação entre sexo descontrolado e prostituição que está presente no imaginário social. Esta menina, incapaz de controlar seu impulso sexual, portanto movida pela ânsia de prazer, é identificada como ‘puta’, como ‘vadia’, e moralmente condenada perante a sociedade. Sem moral e sem ‘classe’, numa referência explícita à perda de um lugar socialmente valorizado, ‘ela não tem nada’. Liliana descreve aqui um sofrimento intenso, resultado da vivência desse “vazio” de valor social, onde a pessoa seria absolutamente negada e subjugada. A esta vivência ‘horrível’ ela atribui o sentido subjetivo de lugar do “nada”, do desprezível, do desvalor social, que ela evita a todo custo ocupar.

*“ah, eu não acho certo... [...] todos falavam pra mim que antigamente, quando ainda não existia pedra, moleque de 12 anos, aí, não ficava com pedra na boca, menina de 12, 15 anos não vivia na rua, não dava pra qualquer um, antigamente elas tinha mais moral, namorava dentro de casa, então... hoje em dia [...] dar pra todo mundo que vê, [...] depois quer que a gente fale o quê? fazendo essas coisas não tem moral! É uma puta, uma vagabunda... aí falou tudo! hoje em dia o mundo tá bem, bem... pior!!...”*

Ela apresenta, mais uma vez, referência a um tempo onde os hábitos eram outros, quando meninos não usavam ‘pedra’ [crack], meninas não ficavam na rua, enfim, um tempo em que ‘havia mais moral’. Estabelece uma ligação entre a perda da

moral e outros fenômenos sociais, como o uso de drogas e a saída das crianças às ruas, retratando uma sociedade prejudicada por tais características, que comprometem um desenvolvimento psicossocial saudável.

No entanto, ainda que enxergue a simultaneidade desses fenômenos, fala da ‘vagabunda’ apenas como resultado de uma opção pessoal, não merecedora de respeito pela sociedade, já que ela é significada subjetivamente como a própria encarnação da imoralidade. Identifica-se totalmente com o discurso dessa sociedade, quando inclui-se ao grupo que julga e condena (‘a gente’), transferindo para aquela menina o peso da identidade social do comportamento sexual promíscuo. Essa configuração subjetiva assegura-lhe um lugar de respeito, que a isenta completamente de culpa pela prática da exploração sexual.

### ALGUMAS CONCLUSÕES

Considerando nossa prática de acompanhamento a adolescentes prostituídas, pode-se dizer que, nos aspectos gerais de sua fala, Liliana serve de porta-voz às meninas que vivem em condições semelhantes. Elas retratam um panorama social permeado por ausências e rupturas, que não lhes proporciona referências confiáveis de proteção e cuidado. Os adultos, quando não são ausentes — referências explícitas à figura paterna ou à família em geral — estabelecem relações violentas e abusivas, fundadas no desrespeito e na postura utilitária da menina enquanto objeto. Entre seus iguais, os “amigos”, a traição e a violência são ingredientes cotidianos, que alimentam um sentimento ambíguo de estar acompanhado e estar só ao mesmo tempo, reafirmando um padrão transitório de se relacionar. Parece que as relações estão todas, sempre, por um fio. Provocam marcas profundas de abandono e desamparo, que se atualizam e se repetem, por exemplo, na dificuldade de vinculação a programas de atendimento. Buscando suportar tamanho desconforto, desenvolvem práticas e atitudes que lhes permitam sobreviver, prescindindo, aparentemente, de carinho ou proteção. Mostram-se “duras”, num primeiro momento, até que a confiança se estabeleça. Depois se desarmam e deixam transparecer as meninas marcadas pelos estigmas sociais e pelo lugar perverso de não-cidadania que a sociedade lhes reserva. Ao nos revelar a subjetividade, essas meninas nos mostram, também, que olhar social foi esse que as constituiu, devolvendo-nos o produto dessa dialética a partir de suas configurações subjetivas. (Teixeira, 2002)

A sociedade, através de seus vários setores, deve enfrentar o fenômeno da exploração sexual de crianças e adolescentes numa perspectiva crítica, dialética, que provoque consciência e compromisso social de cada cidadão e promova a responsabilização dos indivíduos ou segmentos implicados. Trata-se de questionar valores culturais arraigados, fundados numa postura anti-ética e violentadora, que permite a homens adultos abusar sexualmente de crianças e adolescentes, pessoas em desenvolvimento, que deveriam, ao contrário, contar com proteção social efetiva para um desenvolvimento saudável. É permissiva com o adulto explorador, enquanto segrega e condena a menina que se prostitui.

É preciso também desconstruir o mito de que a exploração sexual afeta apenas um pequeno número de meninas, aquelas que se fazem conhecer pelos serviços de assistência pela frequência nas ruas e são reconhecidas pela assiduidade na “avenida”. Este grupo mais assíduo parece ser bem menor que o número de meninas que realizam programas sexuais ocasionais, e que cotidianamente deparam-se com o assédio

ostensivo de homens a oferecer-lhes dinheiro em troca de sexo. Mediante a hipocrisia de uma sociedade que garante impunidade ao explorador e não oferece à menina perspectivas reais de uma vida com dignidade porque viola seus direitos básicos, comercializar o próprio corpo vai se tornando uma estratégia cada vez mais legitimada.

Santos, fevereiro/2003.

## BIBLIOGRAFIA

- AGUIAR, Wanda M. Junqueira (2001) – A pesquisa em Psicologia Sócio-Histórica: Contribuições para o debate metodológico. In: BOCK, Ana M. Bahia, GONÇALVES, M. Graça M., FURTADO, Odair (orgs.) – **Psicologia Sócio-Histórica – uma perspectiva crítica em psicologia**, SP, Cortez Editora.
- AGUIAR, Wanda M. Junqueira, BOCK, Ana M. Bahia, OZELLA, Sergio (2001) – A Orientação Profissional com Adolescentes: um exemplo de prática na abordagem sócio-histórica. In: BOCK, Ana M. Bahia, GONÇALVES, M. Graça M., FURTADO, Odair (orgs.) – **Psicologia Sócio-Histórica – uma perspectiva crítica em psicologia**, SP, Cortez Editora.
- ARIÈS, Philipe (1978) - **História Social da Criança e da Família**, RJ, Ed. Zahar.
- CLÍMACO, Adélia Araújo de Souza (1991) - **Repensando as concepções de adolescência**, Dissertação de Mestrado em Psicologia da Educação, PUC – SP.
- FALEIROS, Eva T. Silveira (2000) - **Repensando os Conceitos de Violência, Abuso e Exploração Sexual de Crianças e de Adolescentes**. Brasília, Thesaurus.
- GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo (1998) – **Violência de Pais Contra Filhos: a tragédia revisitada**, SP, Cortez Editora.
- GONZÁLEZ REY, Fernando (1997) - **Epistemologia Cualitativa y Subjetividad**. SP, EDUC.
- HAGUETTE, Teresa Maria Frota (2000) – **Metodologias Qualitativas na Sociologia**, RJ, Vozes.
- LEAL, Maria de Fátima Pinto e CÉSAR, Maria Auxiliadora (org) (1998) - **Indicadores de Violência Intra-Familiar e Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes**. Brasília, CECRIA, Ministério da Justiça, CESE.
- LEAL, Maria Lúcia Pinto (1999) - **Exploração Sexual Comercial de meninos, meninas e de adolescentes na América Latina e Caribe: Relatório Final – Brasil**. Brasília, CECRIA, UNICEF, CESE, Ministério da Justiça, Visão Mundial, Instituto Interamericano del Niño.

- MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.) (1994) – **Pesquisa Social – Teoria, Método e Criatividade**, RJ, Vozes.
- MOLON, Susana Inês (1999) - **Subjetividade e Constituição do Sujeito em Vygotsky**, SP, EDUC.
- SANTOS, Benedito Rodrigues dos (1996) - **A Emergência da Concepção Moderna de Infância e Adolescência**, Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais - Antropologia, PUC-SP.
- TEIXEIRA, Lumena Celi (2001) – **O Outro Lado do Espelho: a exploração sexual sob o olhar de adolescentes prostituídas**, Dissertação de Mestrado em Psicologia Social, PUC-SP.
- TEIXEIRA, Lumena Celi (2002) – **Pegadas e Sombras – perfil psicossocial de adolescentes atendidas em projeto de prevenção e enfrentamento da exploração sexual infanto-juvenil**, Caderno de Pesquisa nº 1, SP, CAMARÁ e Ed. Limiar.
- VAZ, Marlene (1997) – A Situação do Abuso Sexual e da Exploração Sexual Comercial Contra Crianças e adolescentes no Brasil. In: COSTA, João de Jesus da (coord) – **Rompendo o Silêncio**. Seminário Multiprofissional de Capacitação Sobre Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, São Luiz/MA, CEDECA/Procuradoria da Justiça.
- VIGOTSKI, L. S. (1996) - **Teoria e Método em Psicologia**. SP, Martins Fontes.
- VIGOTSKI, L. S. (1998) - **Pensamento e Linguagem**. SP, Martins Fontes.